

**Militares nacionalistas ou liberais-conservadores:
a constituição do Batalhão Suez (UNEF I)
no Brasil em 1956**

Nationalists or liberal-conservatives militaries:
the constitution of Suez Battalion (UNEF I)
in Brazil in 1956

Virgílio Caixeta Arraes
Universidade de Brasília (UnB)
arraes@unb.br

Bruno Rezende Santiago Chagas
Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (GDF)
rezendesantiago@gmail.com

Resumo: O artigo trata da formação do Batalhão Suez, unidade destinada a participar da missão de paz da Organização das Nações Unidas no Egito a partir de 1957. O Brasil, sob Juscelino Kubitschek, desejava fortalecer sua imagem internacionalmente. Estava em jogo o canal de Suez, administrado por décadas por empresa franco-britânica, mas nacionalizado em 1956 pelo Egito. Isso causaria forte reação à Grã-Bretanha e França, as quais com Israel combinatoriam a invasão do país, a fim de pressionar o retorno do controle. A administração do canal de Suez era estratégica por abranger transporte de petróleo para parte da Europa e da África. Além da questão econômica, havia a política, símbolo da postura anti-imperialista do Egito. Após a invasão, a União Soviética ameaçaria Grã-Bretanha e França, o que levaria os Estados Unidos a propor nas Nações Unidas cessar-fogo, aceito pelos envolvidos.

Logo depois, haveria a proposta de missão de paz para a região – United Nations Emergence Force (UNEF). Na visão estadunidense, havia a preocupação de que ela pudesse servir de propaganda aos egípcios, soviéticos ou até a países

neutralistas, concertados na Conferência de Bandung (1955), enquanto da perspectiva soviética havia a inquietação de que ela pudesse ser um ‘aviso’ a países contestadores do imperialismo ou uma tentativa das antigas metrópoles de influenciar ex-territórios.

Entre as duas perspectivas, o Brasil se aproximaria mais da primeira, mas sem alinhamento automático com os Estados Unidos. O objetivo de integrar a missão decorria da possibilidade de aumento do prestígio interno, haja vista a situação de tensão do país, e regional do governo. Como problema de investigação, as correntes políticas das forças armadas inclinavam-se ora pelo apoio incondicional aos Estados Unidos, ora pelo distanciamento. Assim, as forças armadas do Brasil dividiam-se em duas tendências: a nacionalista e a liberal-conservadora. A primeira identificava-se com o ideário anticolonial – autodeterminação e autonomia - ao passo que a segunda com democracia e anticomunismo – ‘mundo livre’. O trabalho busca contextualizar e, desta maneira, investigar como hipótese a ascensão da corrente liberal-conservadora em função da consolidada proximidade entre Brasil e Estados Unidos, e o cenário global e nacional no qual se inserem as duas linhas políticas militares e sua contribuição para a participação do Brasil na missão de Suez.

Palavras-chave: UNEF I, Batalhão Suez, Forças Armadas do Brasil.

Abstract: The article deals with the formation of the Suez Battalion, a force destined to participate in the United Nations peacekeeping mission in Egypt starting in 1957 as Brazil, under the President Juscelino Kubitschek, wished to strengthen its image internationally. At stake was the Suez Canal which was administered for decades by a French-British company, but nationalized only in 1956 by Egypt. This would cause a strong reaction from Great Britain and France, and together with Israel would invade the country in order to press for the return of control. The administration of the Suez Canal was strategic because it covered oil transportation to parts of Europe and Africa. Beyond the economic issue, politics played an important role as a symbol of Egypt's anti-imperialist posture. After the invasion, the Soviet Union threatened Great Britain and France, which led the United States to propose a ceasefire to the United Nations, accepted by those involved.

Soon after, a peace mission for the region was proposed – The United Nations Emergency Force (UNEF). From the American viewpoint, there was a concern that UNEF could serve as propaganda for the Egyptians, Soviets or even neutral countries, agreed at the Bandung Conference (1955), while from the Soviet

perspective, there was a concern that it could be a 'warning' to countries contesting imperialism or an attempt by the old metropolises to influence ex-territories. Between the two perspectives, Brazil came closer to the first viewpoint, but without automatic alignment with the United States. The objective of integrating the mission stemmed from the possibility of increasing internal prestige, given the country's situation of tension, and the government's regional situation. Brazil's armed forces were divided into two ideologies: nationalist and liberal-conservative. The first one identified with the anti-colonial ideal – self-determination and autonomy – while the second one with democracy and anti-communism – 'free world'.

The work contextualizes the global and national scenario in which the two military political lines are inserted and their contribution to the participation of Brazil in the Suez mission.

Keywords: UNEF I, Suez Battalion, Brazil's Army.

Resumen: El artículo trata de la formación del Batallón de Suez, unidad destinada a participar en la misión de paz de las Naciones Unidas en Egipto a partir de 1957. Brasil, al mando de Juscelino Kubitschek, quería fortalecer su imagen a nivel internacional. En juego estaba el Canal de Suez, administrado durante décadas por una empresa franco-británica, pero nacionalizado en 1956 por Egipto. Esto provocaría una fuerte reacción de Gran Bretaña y Francia, quienes con Israel combinarían la invasión del país, para presionar el regreso del control. La administración del Canal de Suez fue estratégica porque incluyó el transporte de petróleo a parte de Europa y África. Además de la cuestión económica, estaba la política, símbolo de la postura antiimperialista de Egipto. Tras la invasión, la Unión Soviética amenazaría a Gran Bretaña y Francia, lo que llevaría a Estados Unidos a proponer un alto el fuego en Naciones Unidas, aceptado por los implicados.

Poco después, estaría la misión de paz propuesta para la región: la Fuerza de Emergencia de las Naciones Unidas (UNEF). Desde el punto de vista estadounidense, existía la preocupación de que pudiera servir como propaganda para los egipcios, los soviéticos o incluso los países neutralistas, acordado en la Conferencia de Bandung (1955), mientras que desde la perspectiva soviética existía la preocupación de que pudiera ser una 'advertencia' a países que se oponen al imperialismo o un intento de las viejas metrópolis de influir en los ex-territorios. Entre las dos perspectivas, Brasil se acercaría más a la primera, pero sin un alineamiento automático con Estados Unidos. El objetivo de integración de la

misión partió de la posibilidad de incrementar el prestigio interno, dada la situación de tensión del país y la situación regional del gobierno. Como problema de investigação estavam as correntes políticas dentro das forças armadas que tendiam, ora pelo apoio incondicional aos Estados Unidos, ora pelo seu rechaço. Las fuerzas armadas de Brasil se dividieron em dos tendências: nacionalista y liberal-conservadora. La primera se identifico con el ideal anticolonial – autodeterminación y autonomía – mientras que la segunda con la democracia y el anticomunismo – “mundo libre”. El trabajo contextualiza e investiga como hipótesis el ascenso del frente liberal-conservador como resultado de la ya consolidada alianza Brasil-Estados Unidos.

El trabajo busca el analisis del escenario global y nacional en el que se insertan las dos líneas políticas militares y su contribución a la participación de Brasil en la misión de Suez.mission.

Palabras clave: UNEF I, Batallón de Suez, Fuerzas Armadas de Brasil.

Para citar este artículo: Virgílio Caixeta ARRAES, Bruno Rezende Santiago CHAGAS: “Militares nacionalistas ou liberais-conservadores: a constituição do Batalhão Suez (UNEF I) no Brasil em 1956”, *Revista Universitaria de Historia Militar*, Vol. 11, N° 23 (2022), pp. 206-228.

Recibido 21/07/2021

Aceptado 19/12/2022

Militares nacionalistas ou liberais-conservadores: a constituição do Batalhão Suez (UNEF I) no Brasil em 1956

Virgílio Caixeta Arraes
Universidade de Brasília (UnB)
arraes@unb.br

Bruno Rezende Santiago Chagas
Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (GDF)
rezendesantiago@gmail.com

Introdução

Na efeméride dos 65 anos do envio do Batalhão Suez ao Egito como contribuição do Brasil à missão de paz aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AG/ONU) em 1956, analisa-se a composição ideológica inserta nas forças armadas brasileiras e sua possível influência no contingente: uma ala nacionalista, afeita aos anseios do Terceiro-Mundo, e outra liberal-conservadora, identificada com as diretrizes dos Estados Unidos (EUA), principal oposição às da União Soviética (URSS) – assim, seria capitalismo (democrático) versus comunismo. Esta ala era alcunhada às vezes de ‘entreguista’ (subserviente) pela primeira, dada a aproximação excessiva com Washington. O mundo assistia à descolonização acelerada na África e Ásia e, destarte, à afirmação de novos países, apesar de dificuldades políticas – consolidar a própria soberania – e econômicas – superar a pobreza e a desigualdade social. Pairava sobre as nações emergentes o espectro das antigas potências coloniais, desejosas de manter suas vantagens ou privilégios. No Egito, transformado de monarquia tibia para república nacionalista e pan-árabe, o almejo pós-colonial dirigia-se à administração do canal de Suez por consórcio anglo-francês, ponto nevrálgico da navegação não só afro-asiática, mas global, em decorrência da distribuição de petróleo para boa parte da Europa.

O Brasil atravessava período difícil: entre 1945 e 1956, havia saído de longa ditadura civil, a de Getúlio Vargas (1930-1945), para ingressar em fase democrática (1946), inaugurada por Eurico Dutra - ele próprio vinculado ao dirigente deposto - do Partido Social-Democrático (PSD). Sua sucessão em 1951 ocorreria com o mesmo Vargas, via Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujo desfecho ser-lhe-ia de intensidade trágica: o do suicídio (agosto de 1954), em função, entre outros aspectos, da in-

tensa pressão de setores militares liberais-conservadores para sua saída do poder. Juscelino Kubitschek (PSD) assumiu a presidência em 1956 depois de superar entraves desde o período eleitoral até o transcorrer da posse – atuantes correntes golpistas, quer civis, quer castrenses. Empossado, sua administração seria assinalada por momentos marcantes como: transferência da capital do Rio de Janeiro (RJ) para a edificada (abril de 1960) Brasília (BSB); lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) em junho de 1958 com o propósito de atrair investimentos externos industriais; rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em junho de 1959; incentivo para a vinda do setor automotivo como Ford, General Motors (GM) e Volkswagen (VW). Outro evento significativo seria integrar as forças armadas à missão multilateral de paz no Egito – Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (em inglês, a sigla UNEF I).

O texto abordará o contexto global, o nacional e a definição política mais acentuada da oficialidade brasileira a datar da segunda metade da década de 50. A convocação urgente para integrar o *peacekeeping* das Nações Unidas encontraria as forças armadas brasileiras em tensão política. Como o engajamento à missão onusiana seria imediato, a corrente liberal-conservadora atuaria com toda energia para liderar o processo de formação do Batalhão Suez, unidade de infantaria com cerca de 600 efetivos em janeiro de 1957. Além do Brasil, mais nove governos deslocariam tropas para o Egito; da América do Sul, haveria apenas a Colômbia. A missão seria encabeçada pelo Canadá (Exército Brasileiro, 2021) – e haveria um importante país não alinhado – a Indonésia.

Grã-Bretanha e Egito em torno do controle do canal de Suez

Presente havia gerações no Egito, em face da necessidade de conexão marítima com o subcontinente indiano, a Grã-Bretanha, depois da II Guerra Mundial e do posterior estabelecimento da Guerra Fria, encontrava-se com dificuldades para manter a influência naquele país, após dois eventos interconectados: a extinção da decadente monarquia em junho de 1953, depois do golpe militar em julho de 1952, e a chegada ao poder no Conselho do Comando Revolucionário do tenente-coronel Gamal Abdel Nasser em abril de 1954, egresso da ruptura institucional de dois anos antes. O dirigente expressava ideário nacionalista, pan-árabe e anti-imperialista, em especial quanto à comparência franco-britânica no norte da África e Oriente Médio e israelense, país constituído em maio de 1948.¹

¹ Eric HOBSBAWM: *Era dos Impérios*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 103-104. Wayne MCWILLIAMS e Harry PIOTROWSKI (eds): *The World since 1945*. 4 ed., Boulder, Lynne Rienner, 1997, p. 151.

Estas características se expressaram em duas fases da bipolaridade, as quais desaguardariam na inevitabilidade de acompanhamento militar pela Força Internacional de Emergência (UNEF), aprovada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1956, a qual o Brasil iria se somar: a primeira etapa foi em outubro de 1954 quando Cairo e Londres assinaram tratado para retirar britânicos da gerência do canal de Suez, a ser materializada em junho de 1956, quando da transmissão de posse. Entrementes, após a entrega, a Grã-Bretanha teria sete anos de uso para suas tropas caso houvesse investida militar contra algum dos nove membros da Liga Árabe (LA), entre os quais se incluía o Egito, ou contra a Turquia. Ademais, conservaria o direito de voar sobre o território egípcio e o de navegar no próprio canal – os ingleses mantiveram tropas lá entre 1882 e 1947.² Contudo, Nasser mirava outros objetivos. Segundo Powaski, ele “(...) se consideraba um moderno Saladino que uniría al mundo árabe y destruiría Israel. Al atacar la hegemonía occidental en Oriente Próximo, Nasser pronto se convirtió en un héroe de las masas árabes”.³

Isso explica - ao menos parcialmente - o Egito não ter aceitado participar do Pacto de Bagdá, de fevereiro de 1955, aliança em torno da qual estavam Grã-Bretanha, Paquistão, Turquia, Irã e Iraque. No poder, o Partido Conservador (Winston Churchill e, em abril de 1955, Anthony Eden) cria que acordos multilaterais seriam superiores aos bilaterais, desde que o propósito fosse o de fixar o país política e economicamente em determinada área e o de desestimular a União Soviética - afamada pela tenaz resistência ao nazifascismo na II Guerra, Moscou era polo de atração para povos desejosos de libertar-se do jugo imperial. Mesmo sem aderir ao Pacto de Bagdá, o Egito contava com certa disposição norte-americana, por vislumbrar estabilidade na região, e até com a britânica, por enxergar propensão à cooperação no médio prazo, a despeito da retórica anticolonial de Nasser. Apesar do quadro favorável ao convívio, o mandatário caiota insistiria no mesmo ano em se aproximar dos soviéticos; por um de seus satélites, a Checoslováquia, receberia armamento de última geração como caças MIG-15 e tanques. Seria o embrião do eixo Cairo-Moscou, alternativo ao Pacto de Bagdá.

Símbolo maior da Grã-Bretanha lá era o canal de Suez, em cujas águas transitavam quinze mil navios por dia, entre os quais um terço sob sua bandeira. Compunha-se a maioria da frota de petroleiros; assim, era estratégica aquela passagem para a economia mundial. A corporação responsável pela administração era basicamente de acionistas franco-britânicos. O Egito decidiria estatizar a empresa em julho de 1956, devido à reação estadunidense diante do seu avizinhamiento militar com os soviéticos. Washington comunicara que não financiaria a represa alta de Assuã, localizada no

² Jose Luís de AZCARRAGA: “Regimen Juridico del Canal de Suez”, *Revista de Política Internacional*, 27, (1956), pp. 49-60. Robert JACKSON: *Suez 1956: Operation Musketeer*, Shepperton, Ian Allan, 1980, p. 9.

³ Ronald POWASKI: *La Guerra Fría. 1917-1991*, Barcelona, Crítica, 2000, p. 150.

Nilo. Sem este apoio, o Banco Mundial (BM) também retiraria o empréstimo de duzentos milhões de dólares.⁴

Suez é um dos pontos mais importantes entre África e Ásia ou entre Ocidente e Oriente. Sua materialização remonta do entendimento entre a França de Napoleão III e o Egito de Mehmet/ Mohamed Said. Da aproximação, viabilizar-se-ia a Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez em 1854. Em outubro de 1869, a obra seria inaugurada com a imperatriz Eugênia de Montijo e Francisco José da Áustria. Segundo Quataert, com a via navegável, confirmar-se-ia o distanciamento entre Egito e Turquia, de maneira que “(...) os laços assim criados entre as economias egípcia e europeia - já fortes graças à sua situação geográfica e ao algodão - tornaram-se visíveis através da ocupação britânica da província em 1882”.⁵ Bem próxima, a Grã-Bretanha acompanhava a movimentação da França naquela imediação.⁶

No ano seguinte, devido a convergências como dificuldades financeiras dos acionistas principais; manobras de Londres e de Istambul, insatisfeitas com a postura desenvolvida do Cairo; e derrocada militar da Paris de Bonaparte em face da ascensão da Berlim de Hohenzollern, financistas britânicos assumiriam a companhia. Para Quataert,⁷ a modificação do comércio regional a partir do canal era tal que:

(...) a duração e os custos da navegação reduziram-se drasticamente. (...) Damasco, Alepo, Mossul, até mesmo Beirute e Istambul sofreram com a deslocação do comércio do Iraque, da Arábia e do Irão para o canal. As mudanças no transporte terrestre igualaram em importância e amplitude a revolução nos transportes marítimos. Até meados do século XIX, a expedição de produtos por via terrestre fazia-se na íntegra por animais. Era tão fatigante, lenta e irregular que se media as viagens não em milhas ou quilômetros, mas pelo tempo que levavam, dependendo do terreno e da estação do ano.

Disputa por Suez e suas consequências

O canal tornar-se-ia de modo acelerado rota estratégica para a navegação mundial, haja vista o maciço emprego futuro do petróleo. Com a extinção do império Otomano, os laços anglo-egípcios reforçar-se-iam, apesar da insatisfação interna ascendente, em especial no Cairo e Alexandria. Crescente, o nacionalismo chegaria ao poder no início

⁴ Ronald POWASKI: op.cit., pp. 149-150. Paul KENNEDY: *The rise and fall of the great powers*, New York, Random House, 1987. p. 294. Pedro Aires de OLIVEIRA: “Suez. Anthony Eden: o Delfim que esperou demais”, *Relações internacionais*, 12 (2006), pp. 131-135.

⁵ Donald QUATAERT: *O império otomano. Das origens ao século XX*, Coimbra, Edições 70, 2008, p. 61

⁶ David FROMKIN: *David. Paz e Guerra no Oriente Médio*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2008, pp. 31-36. Marc FERRO: *História das Colonizações*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 94-95.

⁷ Donald QUATAERT: op.cit., p. 112.

dos anos 1950, ao derrubar a monarquia. No interregno, a Grã-Bretanha controlava o canal - de Port Said ao norte até Ismailia ao sul – e influenciava a escolha dos altos oficiais nas forças armadas daquele país.⁸

Com a estatização do canal em julho de 1956, o país aspirava a ter os recursos suficientes para o início da obra da barragem – avaliava-se que a arrecadação do preço de passagem garantiria boa parte do montante. Contava o Cairo com o apoio de Moscou, desejoso de substituir Londres lá – a URSS havia prometido financiar a represa de Assuã, com finalidade de suprir a demanda do Egito por eletricidade e de ampliar a capacidade de irrigação. De forma simultânea, tratativas diplomáticas entre egípcios e britânicos seriam feitas enquanto se preparava uma invasão conjunta entre Israel, França e Grã-Bretanha com o fito de recuperar a posse de Suez – Operação Mosqueteiro. Londres se queixava antes de que o Cairo dificultava a rotina operacional do canal, ao proibir contratar trabalhadores locais pela administradora e, ao mesmo tempo, dificultar o trabalho de estivadores e marinheiros estrangeiros. Consequência imediata disso era a elevação dos custos. Havia a preocupação de que o fornecimento de petróleo a países médio-orientais e euro-ocidentais ficasse ao bel-prazer do enlace caiota-moscovita – estimava-se que de Suez à Europa iam 800 mil barris diários.⁹

Se houvesse êxito militar, as potências acreditavam na queda célere de Nasser e com isso no enfraquecimento do Egito como estimulante a movimentos independentistas na região, em especial na Argélia sob controle cada vez menor de Paris – enfatiza Kissinger, ‘A França era anda mais hostil a Nasser. Seus maiores interesses no mundo árabe estavam no Marrocos e na Argélia, aquele um protetorado francês, esta um departamento da França Metropolitana que abrigava um milhão de franceses.’ O Egito apoiava a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia. Somar-se-ia Israel, preocupado com a influência soviética, em decorrência da transferência de tecnologia e de armamentos para seus adversários fronteiriços.

Como assinalam Jackson e Kennedy,¹⁰ a Grã-Bretanha passava por fase turbulenta na gestão de seu império, uma vez que havia várias contestações ao seu domínio no globo, entre as quais a da União Malaia, misto de protetorado e de colônias, por causa de forças comunistas, a do Chipre, em função da disputa entre habitantes de origem grega e turca, e a do Quênia, em virtude da busca de independência – Revolta dos mau-mau. Readequar a presença ao redor do planeta era necessidade aos olhos dos dirigentes londrinos.

⁸ Henry KISSINGER: *Diplomacia*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1999, pp. 471-475. Paul KENNEDY: op. cit., p. 368.

⁹ Avi SHLAIM: *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*, Rio de Janeiro, Fissus, 2004, pp. 207-209. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS: *Oil Dependence and U.S. Foreign Policy*, 2017. <https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy> (consultado pela última vez em 19-04-2021).

¹⁰ Robert JACKSON: op. cit., p. 7. Paul KENNEDY: op. cit., p. 368.

No fim de outubro de 1956, segundo o Departamento de Estado (1956), representantes civis e militares britânicos, franceses e israelenses reuniram-se de forma reservada em Sèvres, nos arredores parisienses, onde combinariam a invasão do Egito por Israel poucos dias depois – o deslocamento dos contingentes ocorreria via deserto do Sinai, com o auxílio da aviação francesa, visto o Egito não ter quase defesa antiaérea, mesmo para a capital. Como consequência, França e Grã-Bretanha lançariam às duas repúblicas beligerantes ultimato com o objetivo de retirada de tropas de ambas do canal de Suez e da aceitação da presença franco-britânica lá, posto que temporária. Caso o Cairo recusasse o comunicado, sofreria represália.¹¹

Efetivos franco-britânicos deslocaram-se do Chipre para o canal, diante da recusa do Egito de acatar a suposta mediação de Paris e de Londres. Assegurado o ataque, com milhares de prisioneiros militares e civis, conquanto a ocupação tenha sido restrita à parte do canal – Porto Said - o veemente protesto soviético e o ceticismo norte-americano interromperiam o ânimo da incursão das duas metrópoles. Ademais, o Egito iria bloquear o canal com navios e haveria a interrupção do oleoduto transversal a Iraque, Síria e Líbano. A ação desencadeou turbulência de sérias proporções, ao migrar de confronto regional para crise internacional. Derivado disso, Moscou ameaçou bombardear Paris e Londres enquanto Washington pressionou esta a desistir, em face da repercussão negativa. Assim, os norte-americanos apresentariam à Assembleia Geral das Nações Unidas a proposição de cessar-fogo, a qual contaria com apoio russo.

Em linhas gerais, a Resolução nº 997, de 2 de novembro de 1956, da Assembleia Geral sublinhava que Israel desrespeitara o armistício de fevereiro de 1949 com o Egito e França e Grã-Bretanha executaram ações militares sem autorização multilateral. Por isso, a navegação em Suez prejudicava-se bastante e afetava inúmeros países, vários dos quais dependentes do abastecimento de petróleo. Portanto, o estabelecimento de trégua entre os quatro países seria imperioso, com o fito de restaurar a navegação com segurança. Planejaram ainda as superpotências alternativa de fornecimento de combustível à Europa a partir do golfo Persa. Isolada, Paris aceitaria, a contragosto, a interrupção da ação militar. Em dezembro, contingentes franco-britânicos se retirariam ao passo que os israelenses somente após garantia de Washington e do Cairo de que teriam assegurada a navegação pelo estreito de Tiran, trecho para chegar ao Índico, via mar Vermelho. O entendimento amero-soviético dever-se-ia ao receio de que a perturbação no Egito pudesse agravar-se e espalhar-se no norte da África e

¹¹ DEPARTMENT OF STATE. Foreign relations of the United States. “Foreign Relations of the United States, 1955–1957”, Suez Crisis, July 26 – December 31, 1956, Volume XVI - Office of the Historian, <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1955-57v16/d373> (consultado pela última vez em 20-04-2021). Avi SHLAIM: “The Protocol of Sèvres: Anatomy of a War Plot”, *International Affairs*, 73: 3 (1997), pp. 193-194 e pp. 207-209.

Oriente Médio.¹² Beneficiados seriam soviéticos e egípcios, não norte-americanos, em termos mercadológicos. De forma paradoxal, o Egito, embora derrotado nas batalhas, adquiriria relevo maior no proscênio regional. Da ameaça anterior de intervenção de Moscou contra seus aliados, Washington permaneceria em estado de alerta por semanas. Salienta Kissinger:

Mas Kruschev não havia de permitir que a esfera americana prosperasse incontestada. Ele desafiaria o Ocidente em arenas que Stalin sempre considerara fora da esfera soviética de interesse, levando os pontos críticos da competição soviética-americana para além da Europa. O primeiro desses pontos explodiria no que se chamou a Crise de Suez, de 1956.¹³

Ao cabo, URSS e Egito assinaram novo acordo comercial e militar. A reação dos Estados Unidos seria a de solicitar ao Congresso autorização para conter toda ameaça naquela região de matiz ‘subversiva’, ao ajudar gestões anticomunistas – eis a Doutrina Eisenhower. O Egito, após o desenlace da crise, segundo Munhoz:

(...) propugnou a criação de um movimento pan-arábico, deu apoio a forças oposicionistas na Síria, na Jordânia e no Iraque, ao mesmo tempo em que confrontava Israel. Assim, as lutas anti-imperialistas e antissionistas enrobusteciam a força política do líder egípcio, dando origem ao surgimento de partidos políticos nasseristas em diversos países da região (...) Nasser mantinha, porém, uma linha de independência em relação à URSS e inclusive reprimia duramente o Partido Comunista.¹⁴

Apesar do apaziguamento, as superpotências e respectivos aliados, França, Grã-Bretanha, Israel e, do outro, Egito, concertariam nas Nações Unidas proposta de estabilidade de Suez no médio prazo, haja vista a importância para a economia mundial e o simbolismo para países norte-africanos e médio orientais, em virtude da iniciativa incomum da nacionalização de local tão significativo. Dos debates, surgiria a perspectiva de força multilateral de paz, em torno da qual o Brasil haveria de contribuir e, destarte, de merecer a lembrança fundamental na efeméride dos 65 anos do fato. Malgrado o cessar-fogo, as confrontações persistiriam, porque a fronteira israelo-egípcia em Gaza continuava assinalada por refregas entre palestinos e israelenses – fedains versus militares. A UNEF, isto é, *United Nations Emergence Force*, teria a es-

¹² Ronald POWASKI: op. cit., pp. 151-152. Wayne MCWILLIAMS e Harry PIOTROWSKI (eds): op. cit., pp. 152-153. Sidnei MUNHOZ: *Guerra Fria. História e historiografia*. Curitiba, Appris, 2020, p. 206.

¹³ Henry KISSINGER: op. cit, p. 565.

¹⁴ Sidnei MUNHOZ: op. cit, p. 206.

pinhosa meta de patrulhar a região na fronteira entre os dois países, ou seja, no Sinai. Receosos da perda de influência na área, americanos, franceses e britânicos apressaram-se a ter um contingente favorável ao ideário ocidental.¹⁵

Brasil em transição política

Em 1956, o Brasil ainda sentia os efeitos do choque político do suicídio de Vargas em agosto de 1954, por causa da pressão para sua renúncia do cargo para o qual fora, desta vez, eleito. A eleição presidencial de outubro de 1955 seria contestada após a divulgação do resultado final em que se declarou a vitória da composição de Juscelino Kubitschek (PSD) e de João Goulart (PTB) com 36% dos votos – a Constituição de 1945 permitira o registro das candidaturas de forma separada; as duas agremiações estavam de novo em oposição à UDN. Conjugava-se o PSD, com centro em Minas Gerais (MG), com o PTB, emanado do Rio Grande do Sul (RS). Ambos agregavam adeptos ou admiradores de Vargas, cuja presença no imaginário eleitoral naquela disputa ampliar-se-ia; opunham-se a eles segmentos ultraconservadores, vocalizados por políticos como o deputado federal Carlos Lacerda (UDN-DF) ou militares como o vice-almirante Carlos Pena Boto, representantes de radical visão anticomunista – similar ao macartismo nos Estados Unidos – ao confundir nacionalismo com esquerdismo.¹⁶

Na campanha, ações desleais haviam ocorrido como a divulgação às vésperas do pleito de documento apócrifo – a Carta (Antônio Jesús) Brandi. Articulação entre a Presidência da República e a Câmara dos Deputados obstaría a posse da dupla eleita, porém a reação de oficiais do Exército, em oposição aos da Marinha e Aeronáutica, com o Senado interromperia a manobra golpista. Com a posse em janeiro de 1956, o mote seria o do desenvolvimento econômico: 50 anos em 5! Deste modo, recuperar a atividade cafeeira, principal item de exportação, desenvolver a indústria local, com a atração do setor automotivo, e planejar os investimentos, com estímulo de parcerias entre capital nacional e internacional.¹⁷

Observar-se-ia a enorme influência das forças armadas na política naquela fase – segundo Aquino *et al*,¹⁸ pouco antes da posse de Kubitschek, havia novo delineio entre os castrenses: o dos golpistas e o dos legalistas. Uma das agremiações principais, a UDN, encampou em três vezes sucessivas candidatos da alta oficialidade – Eduardo

¹⁵ Eadson BURNS: *Between Arabs and Israelis*, London, George G. Harrap, 1962, pp. 186-187.

¹⁶ Jorge FERREIRA: *A democracia no Brasil (1945-1964)*, São Paulo, Atual, 2006, p. 43.

¹⁷ Adriana LOPEZ y Carlos Guilherme MOTTA (eds.): *História do Brasil: uma interpretação*, São Paulo, Senac São Paulo, 2008, pp. 758-764; Boris FAUSTO: *História do Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006, pp. 419-423; Rubim AQUINO, Fernando VIEIRA e Gilberto AGOSTINHO (eds.): *Sociedade brasileira: uma história*, 5 ed., Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 502-505 e pp. 519-523; Jorge FERREIRA: *op. cit.*, p.44.

¹⁸ Rubem AQUINO *et al*: *op.cit.*, p. 505.

Gomes em 1945 e 1950 e Juárez Távora em 1955. Por chegar em segundo nas tentativas, não se poderia menosprezar o peso da categoria nos assuntos públicos, em especial em momento em que o anticomunismo influenciava muito a caserna, aterrorizada com a ‘sovietização’ possível do país, a despeito da improbabilidade na prática – a partir dos anos sessenta, Cuba seria a obsessão. Destaca Fausto:

A alta oficialidade – especialmente do Exército – estava disposta, em sua maioria, a garantir o regime democrático, dentro de certos limites (que) diziam respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. Os dois temas estavam associados, pois o comunismo representava a inversão extrema da ordem social (...) De um lado, estavam os nacionalistas – alguns deles próximos dos comunistas – os quais optavam por um nacionalismo radical, em confronto com o imperialismo americano. De outro, estavam os purificadores da democracia, convencidos de que só através de um golpe, a partir do qual as instituições seriam renovadas, seria possível impedir o avanço da República sindicalista e do comunismo.¹⁹

Kubitschek foi hábil no trato cotidiano com o oficialato, ao conceder reajustes salariais e, na medida do possível, modernização da equipagem, marcada por costumeira obsolescência. Indo além, nomearia vários oficiais para cargos na administração federal, entre os quais na Petrobras, estratégica para o desenvolvimento. Destarte, os radicais da direita castrense isolar-se-iam, ainda mais depois da corrosão acumulada perante a opinião pública: morte de Vargas e fracasso em obstar a posse da chapa vencedora no final de 1955.²⁰

Na primeira fase da Guerra Fria, a linha política-econômica no Brasil seria, *grosso modo*, dividida entre nacionalistas e liberais (‘dependentistas’). De um lado, a perspectiva de emular o progresso das grandes potências via adaptação de seu testado modelo – industrialização maciça, relativo protecionismo, produção voltada para mercado interno e cosmopolitismo na política exterior – ao passo que o outro seria o de conectar-se de forma confortável com países desenvolvidos – assim, agrarismo, liberalismo/liberismo, produção direcionada para exportação e paroquialismo. Enquanto o primeiro se posicionava a favor de ampliar a movimentação do Brasil no mundo, ao situar-se acima da rivalidade amero-soviética, o segundo se arvorava na comodidade, ou seja, na manutenção das parcerias, em especial com a dos EUA, sem questionar se os benefícios eram suficientes. Ante isso, o governo Kubitschek iria agregar-se ao esforço da paz médio-oriental ou ao menos da estabilidade, porém também com a ambição

¹⁹ Boris FAUSTO: op. cit., p. 423.

²⁰ Ibidem, p.424.

de granjear prestígio regional. Assim, o Brasil seria receptivo ao convite da Secretaria Geral da ONU. Atuar em Suez possibilitaria mostrar ao mundo país aspirante à modernização e livre de tutela das superpotências, por alinhar-se à democracia, autodeterminação e paz.

Formação do Batalhão de Suez - influências

A lei n° 2.953, de 17 de novembro de 1956, instituiu o batalhão autônomo, constituído por companhias comandadas por oficial entre oitocentos e menos de mil e quatrocentos integrantes,²¹ a integrar a Força Internacional de Emergência das Nações Unidas (UNEF), conforme decreto legislativo n° 61, de 22 de novembro daquele ano. Sua atuação seria entre o canal de Suez e a linha de armistício entre Egito e Israel, com permanência a princípio indefinida – ‘unidades militares nos exércitos ocidentais modernos são denominadas companhias, esquadrões, baterias, regimentos, batalhões, brigadas e divisões - o terceiro na escala de sete.’²² Ingressar na força onusiana contribuiria para reforçar o status regional do país e traria para o cotidiano castrense e diplomático a necessidade de incorporar-se a um patamar político maior e, portanto, auxiliaria a aperfeiçoar o padrão de conduta interno vislumbrado pela ESG que era o de aproximar-se de nações mais desenvolvidas. Destarte, havia a esperança de que a participação na UNEF I poderia pavimentar o caminho para o ingresso do Brasil no almejado Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/ONU) de forma permanente – desejo até hoje corrente do governo, embora falto de consistência econômica e militar para efetivar-se.

Quando o CS/ONU se reuniu no começo de novembro de 1956 para tratar da invasão israelense e depois da franco-britânica, houve manifestações de descontentamento, entre as quais até de aliados dos EUA como Irã, Iraque e Arábia Saudita. O Brasil manteve posição de neutralidade na Assembleia Geral, sem, no entanto, pôr de lado o princípio da autodeterminação – o equilíbrio na ONU girava em torno de ser o país com o maior número de descendentes sírio-libaneses e aliado antigo dos agressores. À medida que o tempo passou, o Brasil alteraria seu posicionamento, ao condenar a agressão tripartite ao Egito, porém sem se somar ao ativismo terceiro-mundista. A

²¹ Fernando PEDROSA: *Regimentos e Batalhões, Brigadas e Divisões, organização e denominação das unidades militares ocidentais através dos tempos*, Rio de Janeiro, ESG, 2021, p. 40. Coleção Gen. MEIRA MATTOS: *Rio de Janeiro*, 52:15 (2021), pp. 39-60.

²² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Lei n°2953, de 17 nov. 1956. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2953.htm [consultado pela última vez em 26-04-2021]. SENADO FEDERAL: decreto legislativo n° 61, de 22 nov. 1956. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-61-22-novembro-1956-350654-publicacaooriginal-1-pl.html> [consultado pela última vez em 26-04-2021]. Fernando PEDROSA: op. cit., p. 40.

modificação havia partido do MRE, sob titularidade de Macedo Soares, ao vislumbrar oportunidade de conter o comunismo. Freitas Vale, embaixador junto à ONU, conforme se extrai do relatório enviado ao chanceler Macedo Soares, enxergava a perspectiva de barrar o ‘sovietismo’ ascendente na região, se houvesse o envio da força multilateral – seria um calço à ambição de Nasser e à aspiração de maior presença planetária de Khrushchev.²³

Nas forças armadas, havia setor que era defensor da inserção internacional do Brasil de forma liberal (ou seja, capitalista). Ele propugnava a participação em missões internacionais sob estandarte onusiano, desde que afinado com o ‘mundo democrático e livre’, identificado com os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha. Diante do impasse em torno da posse de Suez, o segmento se movimentaria no Itamaraty (MRE), Ministério da Guerra e Congresso, com o fito de que o Brasil integrasse aquela missão de paz – seria a nova chance desde 1948, quando o país se recusara a deslocar suas tropas à Coreia sob comando norte-americano, mas cancelado pela ONU.

Do outro, havia um nacionalista - egresso em sua maioria do Movimento Militar Constitucionalista (MMC) de 1955 - empenhado em garantir as eleições presidenciais de 1955 e logo após em assegurar a posse da chapa vencedora. Em decorrência disso, o grupo apoiaria Henrique Lott, ministro da Guerra, com vistas a garantir a legalidade do processo de transmissão da faixa presidencial sem percalços. Com o sucesso, o MMC iria dissolver-se, mas a atuação de parte de seus integrantes, não.²⁴ Embora organizado para fim específico, os antigos componentes do MMC, mais articulados, seriam oposição aos liberais-conservadores.²⁵ Por sua ótica, a participação brasileira sob a égide da ONU deveria externar defesa da autodeterminação, direito à independência e exercício da soberania. Oficiais de média e de alta patentes de inclinação esquerdista – próximos do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB) – atuavam nele, o que ocasionava apreensão entre os demais colegas de farda devido à histeria anticomunista circulante nas forças armadas.

Enfim, ambas as correntes subscreviam a hipotética participação do Brasil na missão de paz, ainda que por motivações distintas. Para a linha nacionalista, o país deveria solidarizar-se com populações do Terceiro Mundo e, destarte, integrar o corpo de defesa multilateral em prol das nações emergentes caso ameaçadas por antigas potências – a questão do canal de Suez encaixava-se nisso. Era comum a movimentação no parlamento de militares em busca de ajuda a suas aspirações políticas. De um

²³ Bruno SANTIAGO CHAGAS: *O Batalhão Suez e a Projeção Internacional do Brasil (1956-1967)*, tese de doutorado inédita, Universidade de Brasília, 2019, pp. 134-135 e pp. 261-263.

²⁴ Sérgio LAMARÃO (a): *Movimento Militar Constitucionalista (MMC)*. <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-militar-constitucionalista-mmcc> [consultado pela última vez em 26-04-2021].

²⁵ José Murilo de CARVALHO: *Forças Armadas e Política no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, pp. 114-115.

lado, os oficiais mais conservadores vinculavam-se à UDN, ao passo que os mais moderados ou esquerdistas ao PSD, PTB e PSB.

Os jornais divulgavam os debates da possível ida ao Egito de tropas nacionais e analisavam perspectivas favoráveis e negativas. Adeptos da vertente nacionalista destacavam a possibilidade de projeção internacional do Brasil, ao proceder em favor de ascendente país do Terceiro Mundo, de influência no norte da África e no Oriente Médio; portanto, o impacto seria significativo. Seria o porvir de novo líder global, a partir da América do Sul: Kubitschek, aparentemente convergente à emancipação colonial, mesmo que gradativa. Ecoava no discurso dos oficiais nacionalistas a ufanía. Entre eles, saliente-se os de conexão esquerdista, aderentes da postura do banido PCB, aferrado às diretrizes da III Internacional (Komintern). Em sua visão, a presença brasileira em solo egípcio poderia gerar atritos com os norte-americanos, porque Brasil, Índia e Iugoslávia conformariam um eixo libertário diante das potências ocidentais daquela missão de paz. O propósito do grupo comunista na linha nacionalista tensionava o meio militar local, em face dos reflexos da bipolaridade em terras brasileiras.

Como contraponto, a perspectiva do setor liberal-conservador abrangia a presença na África como correspondente mais a necessidades práticas imediatas que ideológicas de médio prazo – a aspiração de inserção planetária do país na democracia capitalista sob molde estadunidense. Diante disso, o Brasil desejaria ser ator relevante ao aspirar a ser aliado preferencial da Casa Branca. Portanto, aquele segmento liberal-conservador era conduzido por oficiais influenciadores da política militar desde o recente período de democratização, ou seja, a datar dos fins de 1945.²⁶ Tal consorciação aglutinava-se na ESG, por uma pauta não só para as forças armadas, mas para a sociedade civil também. Organizava-se ela desde o retorno da Itália da Força Expedicionária Brasileira (FEB), aclamada pela vitória contra o fascismo.

Estava o setor nas últimas crises, algumas delas estimuladas por eles mesmos como a da tentativa de defenestrar Vargas em 1954, obtido isso com o suicídio do dirigente, ou a de impedir a posse de Kubitschek em 1956. Com larga experiência política, o general Juarez Távora, comandante da ESG entre 1952 e 1954, era referência dessa corrente e se dispunha a advogar pela presença brasileira na missão multilateral de 1956, desde que ao lado do ‘mundo livre e democrático’.²⁷ No seu entender, a integração ao contingente onusiano comporia o rol de ativos que providenciaria ao Brasil substância e legitimidade para subscrever a estratégia nacional de segurança interna. Escreveria: ‘O problema de nossa organização deve equacionar-se globalmente, em

²⁶ Gerson MOURA: *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991, pp. 44-46.

²⁷ Juarez TÁVORA: *Organização para o Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, pp. 8-10.

função da Segurança Nacional e em termos de uma verdadeira democracia cristã, isto é, não só política, mas também econômica e social'.²⁸

A inspiração dos militares provinha do desejo de crescimento nacional contínuo, ou seja, do almejo de ultrapassar os umbrais do subdesenvolvimento histórico. Contudo, metas só seriam possíveis com sólida ação concertada pelo Estado; por isso, a justificativa da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra. Desta maneira, urgiria aliança especial com o mundo 'democrático e cristão' onde a superpotência estadunidense despontava com preponderância zenital. Registre-se trecho em que Távora²⁹ projetava o ponto de equilíbrio para o Brasil, em aliança com os Estados Unidos, por meio do qual o país legaria ao planeta sua contribuição política e econômica, depois de otimizadas as condições de seu progresso:

A paz no mundo atual é função de um equilíbrio (...) entre o Ocidente democrático e o Oriente soviético. Esse equilíbrio de poder é instável, por falta de uma terceira força bastante poderosa para funcionar como fiel da balança entre aqueles dois polos; cada um dos quais procura aliciar os elementos esparsos, ainda não polarizados, para ampliar e reforçar, de um lado, a 'cortina de ferro' que envolve o mundo comunista, e, de outro lado, estender e fechar o 'cordão de cerco', que delinea a política de contenção das potências democráticas. (...) Não acredito na viabilidade de uma terceira posição política entre o grupo comunista oriental e o capitalismo do Ocidente. Mas julgo que é possível, no tocante a esse campo, ampliar e acelerar a política iniciada pela Grã-Bretanha, após a última guerra, de conceder autonomia progressiva aos povos coloniais (...)

A corrente liberal-conservadora defendia a participação do Brasil em missões globais da ONU. A aspiração do país de ingressar no Conselho de Segurança das Nações Unidas devia-se à expectativa de compor aquela operação. A exposição das duas visões internas decorre do fato que elas iriam influenciar de forma relevante o ingresso brasileiro na missão multilateral.

As correntes nacionalista e liberal-conservadora

É importante identificar essas correntes militares nos arranjos diplomáticos e de poder interno que desembocaram no Batalhão Suez. No que concerne à nacionalista, a associação do Brasil à missão multilateral de paz condicionava-se na estreita colabo-

²⁸ Ibidem, pp. 8-9.

²⁹ Ibidem, pp. 3-4.

ração de garantir a autodeterminação dos povos. A pauta das referidas missões deveria restringir-se a conter agressões ou violações da soberania dos (novos) Estados na África e na Ásia, ao limitar a materialização do desejo das antigas metrópoles de persistir na ascendência sobre o dia a dia dos ex-territórios. No Congresso, o bloco liderado pelo PTB, com nomes do PSD e do proscrito PCB a ele aglutinado, ecoava discursos de dirigentes do Terceiro Mundo – ou mais adiante, dos provindos do Movimento dos Países não Alinhados. Importava alinhar aquele evento internacional com a retórica de autonomia pátria diante das aspirações das superpotências e da necessidade de desenvolvimento. A Escola Superior de Guerra organizaria colóquios sobre o hipotético concurso brasileiro em Suez com a participação de representantes das duas formas de pensamento militar, malgrado prevalecer o segmento liberal-conservador.³⁰ Civis também colaborariam como palestrantes.

O general José Machado Lopes, adido militar em Washington entre 1954 e 1956, era categórico em defender que a pauta brasileira junto às Nações Unidas, e, sobretudo, junto às grandes potências deveria ser a de ostentar a defesa solene da democracia e da liberdade porque ambas orientariam o Brasil a situar-se junto aos países progressistas, ao constar no rol das lutas pela emancipação de povos. No caso do Egito, a despeito de simpatia ou não do posicionamento de Nasser, evidenciava-se a agressão de duas potências europeias (Reino Unido e França) e uma asiática (Israel).

Embora a presença brasileira na força onusiana fosse esboçada antes, por tratativas em Washington entre o embaixador Amaral Peixoto e o secretário de Estado Foster Dulles, a linha nacionalista nutria a esperança de que o Brasil pudesse cerrar fileiras junto a países não alinhados como Índia e Iugoslávia, já anunciados como partes da missão de paz. Debatiam os oficiais da corrente nacionalista se a tarefa em Suez não seria mecanismo de intimidação ao governo Nasser, porque a presença dos capacetes azuis poderia ser interpretada como desestímulo das iniciativas pan-árabes ou anti-israelenses do Cairo.³¹

Na perspectiva desse segmento, Israel era o primeiro agressor, por ocupar terras originalmente árabes e desrespeitar resoluções da ONU. Destarte, era crível que uma força de paz, respaldada pelas potências “imperialistas”, pudesse servir de escudo a políticas israelenses contra populações árabes.³² Aos nacionalistas, estava evidente o filossionismo na promoção norte-americana da missão de paz em Suez, mas também saltava aos olhos que a participação do país seria desejada pela importância geopolítica.

³⁰ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ANOS 50): *Anais*, Out/nov, 1956.

³¹ Avi SHLAIM (1997): *op. cit.*, p. 34.

³² Josué de CASTRO: *Tropas no Oriente Médio*, 14 Nov. 1956. A referência foi extraída do livro: Marcelo Mário de Melo, Teresa Cristina Neves (orgs): *Josué de Castro*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2007, pp. 190-203.

De toda forma, a influência de militares esquerdistas era menor no Brasil.³³ Ouatrossim, havia a preocupação com o “imperialismo” moscovita, como lembrava Josué de Castro (1956), alinhado aos nacionalistas, na Câmara dos Deputados ao comentar a invasão da Hungria por tropas russas e ao reforçar a necessidade de o Brasil manter-se equidistante das superpotências atômicas. O Brasil devia somar-se aos esforços dos países ‘neutralistas’ como Índia e Iugoslávia, segundo ele:

É lamentável que nosso país, até hoje, em sua política internacional, apenas se tenha enfileirado a blocos belicosos, respaldando o desejo de agressão de um bloco para esmagar o outro e dominar o mundo. Países como o Brasil, do grupo dos países subdesenvolvidos, só teriam uma posição a tomar; a terceira posição, contra os gigantes da guerra, contra a prepotência das nações belicosas. (...).

Em síntese, a corrente nacionalista não tinha posição cerrada sobre a atuação da URSS, ao passo que sua oponente, a liberal-conservadora, desfrutava de maior coesão ao rechaçar sempre a postura do Kremlin. A imprensa costumava registrar a ‘divisão’ ideológica nas forças armadas. Na capital (Rio de Janeiro), o *Última Hora* identificava-se com o trabalhismo (PTB) e, em menor escala, com o pessedismo (PSD). Em 30 de novembro de 1956, o diário fazia extensa reportagem sobre o Brasil em Suez, com destaque para o tenente-coronel Iracílio Pessoa e para o major Ubirajara Brandão, respectivamente comandante e subcomandante – ambos eram liberais-conservadores.³⁴

Conectado com a linha nacionalista, o *Última Hora* manifestava que o Brasil concorreria para a paz mundial, conforme vontade da ONU, composta, por sua vez, por constelação de populações e de culturas – por isso, a ênfase na ascendência da população brasileira, ao registrar a contribuição de vários povos para a identidade local. Dias depois, o diário questionaria a política estadunidense para a América do Sul, ao intitular em 21 de dezembro de 1956 o tema ‘Nacionalismo não é antiamericanismo, como boa vizinhança não é imperialismo!’, ao ponderar o direito de o Brasil buscar a autonomia tecnológica em segurança, ao ambicionar produzir foguetes teledirigidos e gerar energia nuclear e ao participar do Polígono de Defesa Atômica (PDA) da região.³⁵

O Brasil não seria incluído no PDA, por ter sido este substituído por simples monitoramento militar, oriundo da pressão de Washington, vez que a Casa Branca

³³ José Murilo de CARVALHO: op. cit., pp. 127-130.

³⁴ Batista de PAULA: *Pelo Brasil e pela paz, Última hora*, 30 nov. 1956, p. 11.

³⁵ “Nacionalismo não é antiamericanismo, como boa vizinhança não é imperialismo!”, *Última hora*, 21 dez. 1956, p. 1.

havia vetado em 1954 tratativas germano-brasileiras de aquisição de conhecimento atômico, não obstante ser para fins pacíficos – Missão Alberto, em alusão ao almirante Álvaro Alberto, coordenador do projeto nuclear pátrio.

Ingressar na missão multilateral de Suez, portanto, providenciaria ativo relevante para política externa e de defesa. A preocupação da agremiação nacionalista era que na composição do batalhão a corrente liberal-conservadora – considerada filogolpista por causa dos fatos de 1955 – pudesse predominar.³⁶ Kubitschek articulava a composição do Batalhão Suez com o apoio também da UDN no Congresso para aprová-lo por vasta maioria e assim causar boa impressão à ONU. Destarte, ele acataria a sugestão udenista de haver o voluntariado na formação do contingente, mesmo entre os oficiais – reservada ao Ministério da Guerra a indicação do comandante. Seguir-se-ia a proporção na formação do Batalhão Suez, de modo que a corrente liberal-conservadora teria a maioria.

É importante identificar essas correntes militares nos arranjos diplomáticos e de poder interno que desembocaram no Batalhão Suez. Com respeito à corrente liberal-conservadora, vale recordar que ela e a ESG coadunavam com o mesmo posicionamento ideológico. O que ocorre é que a ESG, como órgão administrativo, devia abster-se de pronunciamentos ou de divulgação político-partidária. Seu ‘objetivo’ consistia em produzir textos acadêmicos em segurança e defesa nacional. Ela era vinculada diretamente à Presidência da República e, por isso, sujeita à política de Estado que a aproximava do governo de plantão – hoje em dia, atrela-se ao Ministério da Defesa.³⁷

A maioria dos oficiais superiores, componentes da estrutura da ESG, era de veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que comungavam do ideário de aliança hemisférica com os Estados Unidos, ou seja, de anticomunismo e democracia. Este posicionamento semeado e cultivado nas escolas de adestramento militar latino-americanas encontrou nas forças armadas nacionais fértil terreno para florescer e ramificar-se. Cabedal de suma importância a eles foi o Programa de Assistência Militar (PAM). Consoante Dreifuss:

No que diz respeito ao PAM, este foi reconhecido pelo embaixador Lincoln Gordon (em dezembro de 1963) como sendo um veículo da maior importância para se estabelecer um estreito relacionamento com os membros das Forças

³⁶ Sérgio LAMARÃO (b): Movimento de 11 de novembro. <https://atlas.fgv.br/verbete/6022> [consultado pela última vez em 30-04-2021].

³⁷ MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL: *Atuação*. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz [consultado pela última vez em 10-06-2021].

Armadas e como um fator altamente importante para influenciar os militares (brasileiros) a serem favoráveis aos Estados Unidos.³⁸

O ideário sedimentava-se nas obras do diplomata George Kennan que fundamentaram as doutrinas de Truman e de Eisenhower na primeira fase da rivalidade bipolar. Portanto, se a ESG não desembainhava a espada nas lides políticas do país, seus quadros mais emblemáticos, sim, ao pelear em prol de sua obsessão: o anticomunismo ou o antissovietismo. Pode-se concluir que a corrente liberal-conservadora expressaria os posicionamentos políticos da ESG. Ao proceder assim, a ESG impor-se-ia à rotina da Presidência da República, não o contrário, em face da evidente hierarquia administrativa. Ela era um organismo com muita autonomia - um reconhecido núcleo de poder referente às decisões em segurança nacional. O fato de angariar apoio pela ação direta da corrente liberal-conservadora nos altos escalões das três armas sufragava à ESG verdadeira posição de poder dentro do Estado. Saliente-se que o segmento liberal-conservador tinha integrantes que não pertenciam à ESG, nem a frequentavam nos simpósios, cursos e demais atividades. Muitos oficiais identificados com tal corrente nem sequer haviam passado pela instituição, porém os de maior repercussão e importância para a política militar e para o processo político nacional sim.

Assim, no despontar dos acontecimentos da crise de Suez e nos desdobramentos de EUA e da URSS de criar força de manutenção da paz lá, estes oficiais iriam mobilizar-se a favor de assegurar espaço ao Brasil com o propósito de participar naquele contencioso. O coronel Antônio Muricy, representante na Comissão Militar Brasil-EUA, expôs as vantagens que a participação nacional traria para o sucesso dos capacetes azuis e para as relações bilaterais. Seu aliado seria o embaixador em Washington, Amaral Peixoto. Segundo Moura,³⁹ a ESG e a corrente liberal-conservadora aguardavam o momento de dispor as forças armadas ao serviço da causa ‘democrática’ e do ‘mundo livre’:

(...) os oficiais dirigentes brasileiros acompanhavam as novas formulações americanas, que procuravam desde então apresentar o panamericanismo como parte de uma formulação mais abrangente, a de mundo livre, civilização ocidental e civilização cristã em oposição à cortina de ferro, perigo amarelo, perigo asiático, etc.

Deste modo, o segmento liberal-conservador logrou articular-se bem com a alta oficialidade norte-americana, Itamaraty (MRE) e Presidência da República. Os ofi-

³⁸ Rene A. DREIFUSS: 1964. *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de classe*, Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 80-81.

³⁹ Gerson MOURA: op. cit., pp. 66-67.

ciais do setor nacionalista, representados no ministro da Guerra, Teixeira Lott, haviam sido afastados das articulações em torno da formação do Batalhão Suez. Na esfera amero-brasileira, a oficialidade vinculada a Lott teria contribuído assim de maneira modesta nas negociações, ainda que participassem com discursos, artigos na imprensa e colóquios no Clube Militar. Isto iria perdurar até 1961, haja vista a inexistência de colóquios do Ministério da Guerra com autoridades norte-americanas ou onusianas. O quadro mudaria em 1962 com o general Odílio Dennis no Ministério da Guerra. Portanto, o embate entre as duas correntes militares se expressiu na formação da missão brasileira na UNEF e foi decisivo para atender aos propósitos estadunidenses no cenário conturbado do Oriente Médio e cercanias.

Considerações finais

Em síntese, o segmento liberal-conservador conduziu a formação do Batalhão Suez em virtude dos seguintes acontecimentos: primeiro, a triangulação efetiva entre atores de destaque da arena diplomática e militar naquele período, ao ter por relevo a desenvoltura da ESG; segundo, os contatos frequentes da alta oficialidade esguiana e do Itamaraty em sintonia com as aspirações da Casa Branca em ambiente bipolar; por último, o posicionamento norte-americano de reciprocidade a boa vontade brasileira em cooperar com a missão multilateral e, assim, apoiar o Brasil no Egito.

A comunhão entre militares e diplomatas, subscrita por Kubitschek, levou a um objetivo: confirmar o Brasil como o principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul e, por conseguinte, deixar a Argentina em plano secundário.⁴⁰ Derivado da parceria privilegiada seria receber investimentos estadunidenses na área castrense, via Programa de Assistência Militar (PAM) - o sonho de ser potência bélica no Hemisfério Sul e país desenvolvido em ciência e tecnologia na América do Sul unia oficiais das duas correntes.

Outra decorrência da Missão Suez sob condução do oficialato de jaez liberal-conservador foi pavimentar um dos principais objetivos da diplomacia e assim da própria projeção internacional do Brasil: aspirar a um assento definitivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/ONU). Garantidas a aliança e a parceria estratégica com os Estados Unidos, o Brasil previa o apoio norte-americano ao seu ingresso ao Conselho de Segurança onusiano, caso houvesse sua ampliação, e também o suporte dos países em desenvolvimento, uma vez que sua conduta na missão de *peacekeeping*

⁴⁰ Luiz Alberto MONIZ BANDEIRA: *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. pp. 339-342.

era sem dúvida reconhecida como profissional e equidistante, conforme se depreende dos depoimentos, em especial o do capitão Lourenço Cueva.⁴¹

As instituições do Estado nacional refletiam o panorama social em diferentes graus, haja vista a tensão latente do ambiente externo e interno. Tanto o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) quanto o da Guerra – assim como a Escola Superior de Guerra – eram usinas de preocupações e ansiedades voltadas para a ratificação da proximidade ou da convergência com os interesses ideológicos de Washington. O desafio era o de conciliar isso com as necessidades internas, em especial em obter perante a opinião pública o reconhecimento, ou seja, a legitimidade, maneira por que o capital político de cada uma das organizações – militar ou civil - seria estimado e por extensão mantido. A missão em Suez providenciaria isso durante o governo Kubitshchek.

⁴¹Aricildes de Moraes MOTTA: *História Oral das Operações de Paz: Missão Suez*, Tomo I. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2010, pp. 170-171.